O "ETERNO DESCANSO" NO NEOLÍTICO DO ALENTEJO NORTE

Jorge de OLIVEIRA[1]

ABSTRACT

This article discusses the main evidence of the megalithic rites that have been recovered over various years of research in the area of North Alentejo, in Portugal. The big chronological gaps identified in dolmens and their connection to the Early Neolithic communities and to the menhirs (isolated or included in the dolmenic structures) are also analyzed. All of the absolute dates obtained up to the present for this region´s megalithic monuments are also presented.

Keywords: Megalithic culture, rites, Alentejo, radiocarbon dates.

1. Introdução

Na cultura dita "Ocidental", profundamente imbuída de tradições judaico-cristãs, a morte é assumida, ainda que aparentemente, como um "eterno descanso". Digo aparentemente porque raros, muito raros são os casos em que os restos mortais são mantidos em eterno descanso. A mobilização dos tumulados quer por atos rituais diversos, quer por economia de espaço, quer por violação, quer tão só por esquecimento ocorre e ocorreu ao longo de milénios. Este conceito de "eterno de descanso" aparentemente parece ter estado igualmente presente noutras culturas e civilizações. As monumentais e tendencialmente indestrutíveis estruturas funerárias neolíticas, sejam elas expressas em forma de dólmenes ou outras, destinar-se-iam, teoricamente, a acolher em "eterno descanso" os que a esses espaços tinham direito. Constata-se, contudo, que esse "descanso eterno" pouco tinha de eterno e muito menos de descanso. Todo um conjunto de rituais possíveis de identificar em contexto de estudo arqueológico ou antropológico revelam que a deposição fúnebre, para além de estar envolvida em significativos atos simbólicos, seria antecedida de complexas teatralizações e em subsequentes e contínuos atos de revisitação e manipulação dos restos humanos. Neste breve texto tentarei, limitado pelo espaço disponível, isolar os principais registos arqueológicos que nos possibilitam conhecer alguns apontamentos dos ritos da morte durante o Neolítico no Norte do Alentejo que passam, maioritariamente, por não dar descanso aos mortos.

2. O fator económico

Até ao presente a expressão arquitetónica da morte durante o Neolítico na zona norte do Alentejo reconhece-se, quase exclusivamente, nas vulgares antas e nas suas distintas variantes, podendo apresentar diferentes dimensões, câmara regulares, ou alongadas, corredores curtos, ou longos, utilizando na sua construção maioritariamente o granito, ou o xisto. Isoladas, ou formando necrópoles, destes monumentos conhecem-se mais de 650 no distrito de Portalegre. Para compreender a razão da sua presença, ou da sua ausência a nível regional já procedemos a diversos ensaios e já divulgámos os seus resultados em diferentes textos. Naturalmente que os espaços dos mortos estando nas imediações dos espaços dos vivos, a sua implantação estará diretamente relacionada com a existência de recursos económicos. Sendo estas comunidades as primeiras a começarem a depender da agricultura e da pastorícia é natural que se fixassem nas imediações de solos com melhores aptidões para a exploração agro-pecuária, mas na perspetiva da sua tecnologia específica. Assim, procuraram solos leves e bem drenados, nas imediações de linhas de água, de curso permanente, onde podiam desenvolver uma agricultura que mais não seria do que uma horticultura, aos olhos da atualidade. Outro tipo de solos os mais propícios à pastorícia foram igualmente procurados. Claramente rejeitados foram os solos hoje por nós considerados de elevado interesse agrícola. Os solos pesados, geralmente argilosos, ainda que nas imediações das linhas de água, foram preteridos pelas comunidades neolíticas porque não possuíam tecnologia que lhes permitisse trabalhar estas terras. Reconhecemos, assim, que os solos atualmente classificados de classe A e B foram explicitamente rejeitados por estas comunidades. Compreendida a estratégia do posicionamento genérico das antas e respectivos povoados, importa tentar analisar se nos é hoje ainda possível identificar algumas normas rituais para a micro-localização dos espaços da mortos e outras gramáticas rituais.

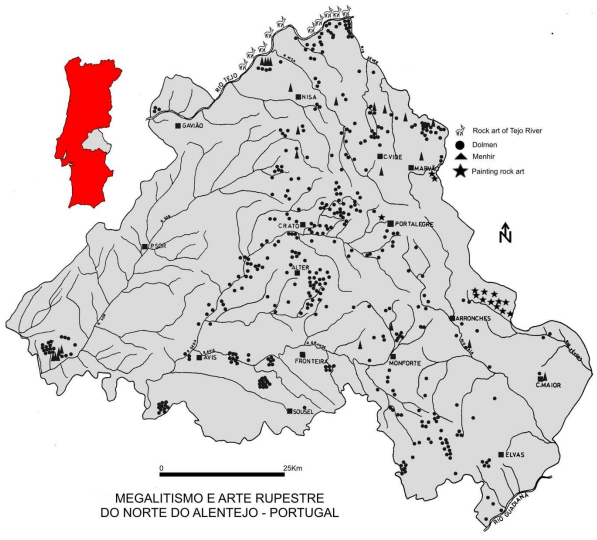

Figura 1 - Mapa do megalitismo e arte rupestre do Norte do Alentejo

[1] CHAIA – Universidade de Évora

3. O espaço

Numa primeira análise observamos que os sepulcros megalíticos de maior dimensão ocorrem aparentemente isolados. Contudo, se prospetarmos zonas onde a mecanização da agricultura não se fez sentir com tanta intensidade e, portanto, onde a paisagem melhor se conservou, registamos no território imediatamente envolvente dum grande dólmen outros sepulcros de menor dimensão e por norma menos destacados na paisagem. Embora a sua inter-visibilidade não tenha que ser obrigatória, poderemos sempre considerar que serão muito raras as antas isoladas, organizando-se normalmente em necrópoles. Mas estas "cidades dos mortos", pelo menos na zona em apreço, raramente ultrapassam os quatro túmulos, quando localizados em solos de classe B e C e geralmente construídos em granito. As necrópoles localizadas em solos com pior aptidão agrícola (solos de classe D e E), geralmente xistosos, podem apresentar um maior número de sepulcros sendo, invariavelmente detetado sempre um de maiores dimensões e implantado em local mais evidente na paisagem. Convém reconhecer que estas observações resultam, estritamente de análises meramente geográficas e nas quais não intervieram questões crono-culturais, ou tipológicas. Assim e, para já, não estamos a considerar se os monumentos duma necrópole estiveram todos funcionais ao mesmo tempo, ou se o enchimento dum, implicava a construção de outro.

Figura 2 - Anta da Coutada – Elvas

Esclarecido, para já, a uma escala macro-geográfica o posicionamento dos sepulcros, importa compreender que razão ou razões existiram para que um monumento tivesse sido erguido num determinado sítio e não meia dúzia de metros de distância. A temática do acaso e da necessidade, já foi amplamente debatida na década de setenta por Jacques Monot e parece ter ficado esclarecido que o "acaso" é algo que se não existe em termos biológicos, muito menos poderá ocorrer em termos psico-sociais. Assim, seguramente, que alguma razão ou razões, mais ou menos ponderadas e justificadas por questões pragmáticas, ou amplamente suportada em esquemas mitológicos terão existido para que um sepulcro tivesse sido construído num determinado local.

Respostas para esta problemática já foram algumas vezes ensaiadas e sem grandes resultados tendo por base, maioritariamente, observações astrais ou meramente paisagísticas. Raros são os estudos que foram realizados para abordar este tema que se tivessem baseado nas evidências arqueológicas que se conservaram nos paleo-solos protegidos pelas estruturas pétreas das mamoas dos monumentos megalíticos, no fundo dos respectivos espaços funerários, ou na reutilização de elementos dos próprias sepulcros. Tentaremos neste texto e com base nos trabalhos por nós desenvolvidos ao longo de mais de trinta anos em monumentos megalíticos funerários reunir um conjunto de informações que nos poderão ajudar a melhor compreender alguns dos possíveis rituais como os que poderão estar na origem dos sepulcros e cuja localização não resultou de obra do acaso.

Figura 3 - Anta Grande da Ordem – Avis

4. As cronologias

Se durante muito tempo aceitámos, passivamente, que dólmenes e menhires seriam contemporâneos, reconhecemos hoje, sobretudo após a datação do menhir da Meada, em Castelo de Vide, que os menhires são substancialmente anteriores à emergência dos denominados dólmenes. Contudo, embora essa anterioridade seja hoje comumente aceite, constata-se, cada vez mais, a utilização, ou a reutilização de menhires no interior dos dólmenes ou na sua área adjacente. A presença no interior ocorre, quer como peças estruturais, quer como elementos aparentemente não funcionais, logo simbólicos. Na zona em apreço, no Norte do Alentejo, conhecem-se mais de trinta menhires, maioritariamente isolados. Entre os menhires conhecidos, pelo menos seis, encontram-se diretamente associados a dólmenes.

A data singularmente antiga do Menhir da Meada, que em datas calibradas, a 2 sigmas, se situa entre 5010 e 4810 BC, afasta-se, claramente, numa primeira abordagem, das datas do 4º e 3º milénio que frequentemente balizam os enterramentos nos sepulcros megalíticos.

Figura 4 - Anta do Penedo da Moura – Avis

Se aceitarmos essa anterioridade, a presença, que começa a ser hoje já recorrente, de menires no interior de estruturas funerárias dolménicas, poderá ter, pelo menos, três explicações possíveis. A mais simplista dir-nos-ia que devido a uma economia de recursos, os construtores de dólmenes recorreriam àquelas pedras já talhadas e aproveitavam-nas para a construção dos sepulcros. Uma segunda hipótese poderá dizer-nos que a inclusão dos menires se ficaria a dever a algum ritual que obrigaria os construtores de antas a remover os menires e a incluí-los na sua estrutura. Uma terceira hipótese dir-nos-ia que os dólmenes foram construídos no mesmo local onde se situava já anteriormente o menir, incluindo-o na sua estrutura e mantendo uma sacralização do espaço. Provavelmente todas as hipóteses poderão coexistir, contudo, e independentemente da existência, ou não, de menires na estrutura construtiva dos dólmenes, estão disponíveis, há já alguns anos, um conjunto de datas, consideradas demasiado antigas, recolhidas sobretudo na base dos dólmenes do Norte-Alentejano e "Extremadura" Espanhola, que se aproximam da data do Menir da Meada e, ao mesmo tempo, das datas, em geral já disponíveis para *habitats* do Neolítico antigo, remetendo-nos, em anos de calendário, para o V e por vezes inícios do VI milénio BC. De facto, já muitas explicações foram aventadas para minimizar o impacto que estas datas antigas teriam nas interpretações tradicionais para a origem do megalitismo, que o remete sempre para momentos de um Neolítico médio e, maioritariamente, final. Na verdade, a maior parte das datas disponíveis para os dólmenes situa-se entre o IV e o III milénios, em anos de calendário mas, igualmente, essas datas foram obtidas, maioritariamente, a partir de material ósseo. Contudo, é hoje totalmente aceite que estes sepulcros tiveram uma vida útil e funcional muito longa e com evidentes sinais de reutilizações, reabilitações e desenvolvimentos. Haverá que questionar, coisa que raramente foi feita, se as datações obtidas a partir de restos ósseos não datarão, maioritariamente, momentos finais de utilização e não o momento fundacional. Todos reconhecemos quão raro é encontrarem-se restos ósseos, passíveis de serem datados, localizados em terrenos xistosos, ou graníticos, solos que pela sua acidez destroem completamente a matéria orgânica. Provavelmente teremos vindo, sucessivamente, a datar ossos de momentos finais de utilização destes sepulcros. Recorde-se que as datas mais antigas e consideradas anormais resultam, invariavelmente, de carvões que, por sistema, foram recolhidos na base dos monumentos ou, sob as respetivas mamoas, quando bem conservadas. Essas datações, porque iam contra as teorias aceites, foram sempre rejeitadas, considerando-se que se reportariam a episódios pré-megalíticos e, portanto, muito anteriores à construção dos sepulcros. A inexistência de trabalhos em *habitats* do Neolítico mais antigo na mesma área onde se localizam os dólmenes com datas, igualmente muito antigas, e a só recente disponibilização de datações absolutas para os contextos do Neolítico antigo, terão contribuído para que não se tivessem esboçado propostas interpretativas de ligação direta entre dólmenes, menires e *habitats* das primeiras comunidades agro-pastoris. Os trabalhos que desenvolvemos na área da Coudelaria de Alter parecem facilitar-nos essa possível relação, ainda que, e por agora, sustentados num conjunto restrito de elementos. Vejamos os paralelos possíveis de estabelecer entre os materiais recolhidos na Anta da Horta, situada a quinhentos metros do *Habitat* da Porta do Tempo. No interior da câmara funerária, onde ocorreram diversos episódios de revisitação, identificaram-se nove fragmentos de cerâmica com decorações incisas, impressas e aplicações plásticas, cujos motivos decorativos encontram paralelo direto nas cerâmicas do *Locus* da Toca da Raposa e Locus II, do *Habitat* da Porta do Tempo. Se os paralelos ocorressem nas cerâmicas do *Habitat* do Reguengo, que se situa a cinquenta metros desta anta, sempre se poderia colocar a hipótese de ter havido contaminações por arraste. Contudo, a distância, ainda significativa, entre os dois locais inviabiliza essa possibilidade. Evidentes e expressivas são as semelhanças das cerâmicas da Anta da Horta com as cerâmicas da Toca da Raposa, entre tantos outros exemplos. Iguais semelhanças encontram-se num machado de corpo picotado e de secção sub-circular, recolhido na Anta da Horta e no machado, com características idênticas, recolhido na Toca da Raposa. Mas os exemplos mais significativos foram identificados no Locus II da Porta do Tempo. Neste pequeno abrigo, no nível de base, onde ocorrem, especificamente, cerâmicas decoradas, restos de talhe e indústria lamelar, recolheu-se um pendente em rocha verde. Nas cotas mais superficiais deste abrigo, em terras de arraste, identificou-se um fragmento do que parece ser um ídolo-placa, de arenito, em fase de acabamento. Pelos exemplos apontados parecem existir demasiadas semelhanças entre os materiais da câmara da Anta da Horta e os materiais, claramente do Neolítico Antigo, do *Habitat* da Porta do Tempo, para não podermos estabelecer estreitas relações entre os utilizadores do *Habitat* e os construtores, ou os primeiros tumulados deste dólmen. Se para esta anta temos evidentes relações, através dos conjuntos artefatuais, com evidências atribuíveis a momentos muito recuados do Neolítico, na Anta da Soalheira, na da Várzea Grande e na nº2 de Vale de Carreiras, situadas na Coudelaria de Alter, estão presentes, nas respetivas estruturas tumulares, menires fálicos, que nos reportam igualmente para momentos recuados do Neolítico. Perante estas realidades, teremos que colocar a questão: em que momento foram construídos os sepulcros

megalíticos da Coudelaria de Alter? Seguramente que em momento posterior à fase da ereção de menires. Mas se encontramos materiais, maioritariamente cerâmicos, atribuídos ao Neolítico antigo no interior dos dólmenes, onde posicionar a fase dos menires? A fase "menírica" não poderá ser muito recuada em relação à emergência dos dólmenes porque as datas obtidas a partir de carvões, recolhidos na base de antas e sob as suas mamoas, como Castelhanas, Cabeçuda e Figueira Branca, em Marvão e mesmo a da Joaninha, em Cedillo, posicionam-se dentro das balizas cronométricas já disponíveis para os *habitats* do Neolítico antigo, o mesmo acontecendo com data do Menir da Meada. Suportados nestes dados teremos que aceitar que a "moda" de ereção de menires foi relativamente curta, sendo rapidamente absorvidos nos sepulcros megalíticos. A fase de ereção de menires deverá ter sido muito efémera, ou então, a explicação para as datas muito antigas nas antas e a presença de cerâmicas do Neolítico Antigo no seu interior terá que ter outra explicação. A tese das trasladações defendida por Leonor Rocha (Rocha, 2005), seguramente que é globalmente aceitável, num sentido lato, contudo não responde ao problema das datas antigas obtidas sob as mamoas. Anteriormente e com base em evidências claras, demonstrámos que alguns dos dólmenes estudados no nordeste alentejano foram construídos sobre *habitats* anteriores, onde ocorriam lareiras e silos (Oliveira, 1997 e 1998). Contudo, noutros casos tal situação não foi detetada, encontrando-se os sítios de *habitat* bem definidos, nas imediações dos dólmenes. O maior problema coloca-se quanto ao posicionamento relativo para a emergência dos menires. Se, de facto, eles já pré-existiam ao tempo da construção dos primeiros dólmenes, então, durante o Neolítico Antigo teremos que encontrar, pelo menos, duas fases. Uma mais antiga, durante a qual se ergueram menires e, posteriormente, uma fase de construção de sepulcros megalíticos que incorpora menires na sua estrutura funerária. A alternativa a esta interpretação poderá ser equacionada se se vier a definir, um dia, com precisão, o que se entende por Neolítico Médio. Para reequacionar toda esta problemática há necessidade de alargar as áreas de escavação dos *habitats* e, sobretudo, procurar encontrar matéria datável para nos ajudar a esclarecer, com precisão, a periodização do Neolítico no interior alentejano.

Pelas datas de radiocarbono disponíveis, embora apenas existam duas para sepulcros da zona xistosa, verificamos que estas caem dentro dos valores cronológicos médios dos monumentos de granito. Duas amostras de carvão recolhidas na anta da Joaniña, situada no Termo Municipal de Cedillo, forneceram, respetivamente, as seguintes idades: amostra A – 3840 $\pm$ 170 anos BP; amostra B – 5400 $\pm$ 210 anos BP. A primeira amostra refere-se a carvões identificados sobre o lajeado da base do monumento, associados a um machado de anfibolite e a uma ponta de seta e lâmina de sílex. A segunda amostra refere-se a carvões localizados entre o lajeado da base do monumento e o solão xistoso, em terras argilosas muito compactadas, sem materiais arqueológicos associados. Se a amostra B parece corresponder a carvões anteriores à construção do monumento, a segunda encontra-se perfeitamente situada nos contextos megalíticos regionais, bastante próxima da data disponível para a Anta da Bola Cera (monumento de granito de corredor curto), situada no concelho de Marvão. Esta amostra, obtida a partir de ossos humanos queimados aos quais se associava uma placa de xisto de recorte antropomórfico, forneceu a seguinte idade: 4360 $\pm$ 50 anos BP. Igualmente, a amostra 1 da Anta da Cabeçuda, monumento de corredor curto, localizado no concelho de Marvão, correspondente a carvões recolhidos na base da câmara, associados a taças abertas que forneceu a seguinte idade: 3650 $\pm$ 110 anos BP. Um outro monumento, este de corredor longo, a anta IV dos Coureleiros, situada no concelho de Castelo de Vide, forneceu uma amostra de carvões recolhidos no corredor, associados a uma placa de xisto de recorte geométrico, que veio a dar a seguinte idade: 4240 $\pm$ 150 anos BP. Reconhece-se, assim, um perfeito enquadramento da amostra A da anta da Joaniña nos mesmos contextos cronológicos dos monumentos megalíticos de granito do Norte-Alentejano. No que à amostra B da anta da Joaniña diz respeito também ela é igualmente enquadrável no grupo das chamadas datas antigas do megalitismo da zona granítica. Neste grupo conhecem-se os seguintes valores: Amostra 2 da Anta das Castelhanas: 6300 $\pm$ 110 anos BP; Amostra 2 da Anta da Cabeçuda: 7660 $\pm$ 60 anos BP e Anta da Figueira Branca: 6210 $\pm$ 50 anos BP.

Figura 5 - Anta e menhir da Soalheira – Alter do Chão

Parece, assim, não restarem dúvidas e com base em apenas duas datas da anta da Joaniña, que os pequenos monumentos megalíticos da foz do Sever, são contemporâneos dos monumentos de maiores dimensões situados no patamar granítico da Serra de S. Mamede.

Em face dos dados disponíveis parece não haver dúvidas quanto à contemporaneidade dos dois grupos de monumentos. As dissemelhanças na volumetria arquitetónica e nos conjuntos artefatuais resultariam, assim, de diferentes organizações sócio-económicas impostas pela especificidade de recursos existentes em cada zona.

5. Os ritos

O ainda reduzido número de escavações efetuadas em monumentos de xisto e as limitadas informações que as antas estudadas forneceram tornam muito difícil a identificação completa de práticas funerárias que nestes monumentos se praticaram. Em qualquer das duas grandes variantes de sepulcros, em xisto e em granito, atendendo tanto às oferendas fúnebres como aos restos humanos identificados trata-se de espaços funerários coletivos. Ao longo da nossa investigação, apercebemo-nos como os materiais exumados nas sepulturas de xisto são, notoriamente, pobres quando comparados com os recolhidos em monumentos de maiores dimensões localizados na zona dos granitos. A pobreza do espólio reflete-se também na volumetria do sepulcro que, na maior parte dos casos, só não passaria despercebido na paisagem se não ocupasse as linhas de cumeada e não comportasse elementos líticos notáveis. A pequena dimensão destes sepulcros contrasta com a sua densidade por necrópole. Por vezes mais de uma dezena destes sepulcros ocupa uma linha de cumeada dum pequeno festo. Geralmente visíveis umas das outras, estas construções chegam a coroar todos os cerros de uma bacia hidrográfica dum pequeno regato.

Figura 6 - Anta e menhir da Várzea Grande – Alter do Chão

O esforço necessário à construção das sepulturas dos xistos implica uma ínfima parte do gasto numa dos granitos. O tempo, a força e consequentemente o prestígio necessário para os congregar seria significativamente diferente em cada comunidade.
Contudo, o discurso arquitetónico presente nas duas zonas em análise obedece a padrões semelhantes, o equipamento funerário, ainda que notoriamente mais pobre nos xistos, mantém a mesma mensagem, o seu estado de conservação iguala-se ao dos depósitos secundários identificado na zona dos granitos. Parece, portanto, em termos genéricos e perante a deficiente informação que possuímos, que o ambiente ritual detetado em todo o Megalitismo do Norte-Alentejano obedece aos mesmos padrões, embora cada região o expresse de forma própria.

Embora a essência do discurso pareça ser o mesmo encontramos, mesmo dentro de cada grupo, diversas formas de abordar a morte, isolando-se diferentes ritualizações. Independentemente da arquitetura dos monumentos ou do seu posicionamento espacial, diferentes formas de tumulação foram identificadas. Antas com depósitos primários junto ao solo, sobre os quais bolsas com restos humanos preparados no exterior foram depositadas, antas que desde sempre parece terem servido unicamente como ossários, antas que para além de servirem de ossários abrigaram a preparação de cadáveres no seu interior, antas que em épocas já bastante tardias continuaram a receber tumulações, de todos estes tipos encontramos testemunhos na zona dos granitos.

Figura 7 - Anta da Sardinha – Castelo de Vide

A disposição dos depósitos funerários tanto primários como secundários no interior do espaço funerário parece ter obedecido a normas pré-determinadas.

A colocação de pelo menos uma placa de micaxisto ou arenito, de contorno ou decoração antropomórficos, que pelo seu acabamento final se destaca das restantes, em posição de privilegiada, geralmente à entrada da câmara, ocorreu demasiadas vezes para se compreender como acidental. Esta colocação, tanto se verificou nos monumentos de granitos, como nas antas dos Pombais e Fonte da Pipa situadas nos xistos. As pedras que envolviam estas grandes placas parecem ter funcionado como pequenos altares ou nichos, destinados a melhor evidenciá-las. Restos de pintura, ou um polvilhar discreto de ocre ou, nalguns casos, ainda que mais raros de cinábrio, nestes pequenos palcos estão sempre presentes.

Ainda que nalguns casos os efeitos das violações pudessem concorrer para uma dispersão dos materiais para a periferia das câmaras, noutros monumentos onde as violações não foram registadas, continuamos a verificar que a maior concentração, quer de ossos, quer de espólios, ocorre maioritariamente junto aos esteios. Nalguns casos (Horta, Anta dos Pombais, Bola da Cera, S. Gens II, Padre Santo, Castelhanas, etc), vários materiais votivos foram claramente colocados por entre os calços dos esteios. Assumem particular importância os vasos colocados verticalmente entre os calços por contrastarem com a posição invertida dos que noutros locais se recolheram.

Notou-se, assim, que, quer as bolsas funerárias, quer as inumações primárias foram efetuadas preferencialmente junto aos esteios da câmara. Nos raros casos onde foi possível compreender a relação anatómica dos elementos ósseos das tumulações primárias, verificámos que os ossos longos encontravam-se, especialmente, mais próximos dos esteios do que os ossos do crânio. Esta constatação poderá não ser só explicável pela deposição dos cadáveres em posição fetal e decúbito lateral como ocorreu na anta da Bola da Cera, mas também pela queda de corpos inicialmente encostados aos esteios. Assim se explicaria a posição em que se encontram a maior parte das placas, com a face principal virada para o solo, partindo-se do princípio que, maioritariamente, os ídolos-placa teriam sido colocados ao pescoço dos inumados.

Figura 8 - Menhir da Meada – Castelo de Vide

As informações recolhidas nos corredores dos monumentos, para além de serem em menor número, são menos explícitas. Em nenhum caso conseguimos, com segurança, identificar depósitos primários nos corredores. Os restos ósseos quando presentes ou tinham vestígios de fogo (Castelhanas) ou resumiam-se a pequenas esquírolas. Embora nalguns corredores os materiais exumados se apresentassem em bom estado de conservação, como são os recolhidos no corredor de Coureleiros IV, nada nos prova que eles acompanhassem depósitos primários. Neste monumento, a presença de um grande vaso de carena baixa, ao qual falta um fragmento, apontando já para cronologias dos finais do Neolítico, ou mesmo Calcolítico, junto ao solão de base, poderá indiciar tumulações tardias e provavelmente secundárias. Contudo, a data obtida para carvões associados a uma placa de xisto no mesmo nível deste vaso e recolhidos a menos de cento e cinquenta centímetros foi de 4240±150 anos (BP), demasiado antiga para confirmar as anteriores observações. Esta diversidade de situações poderá ser explicada pelas constantes visitações de que estes monumentos eram alvo e que nem sempre são detetáveis pela consistência ou coloração das terras.

Torna-se digna de referência a ausência de placas de arenito ou micaxisto, antropomórficas ou não, em níveis não remexidos dos corredores dos monumentos, se exceptuarmos o surpreendente depósito funerário num provável átrio da Anta da Horta, situada na Coudelaria de Alter. Nos outros casos em que este tipo de materiais ocorreu (anta da Cabeçuda, Pombais e Coureleiros II) inseriam-se em terras muito revolvidas e notoriamente arrastadas do interior da câmara. Por outro lado, a presença de placas de xisto tanto está documentada nas câmaras como nos corredores, contudo, verificamos que em monumentos com níveis bem conservados, as placas de xisto de contorno e decoração unicamente geométricos encontram-se, maioritariamente, nos corredores. As placas de xisto ardosiano, de micaxisto, ou arenito, quando inteiras ou levemente fracturadas, encontram-se sempre na base dos monumentos.

Figura 9 - Menhir do Patalou – Nisa

Testemunhos da reutilização de placas em monumentos funerários estão também bem documentados nesta região. Da anta do Tapadão da Relva, escavada pelo extinto Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, chegaram até nós sete placas, das quais duas apresentam nítidos sinais de reutilização. A TR 24 é um interessante exemplo do reaproveitamento de uma placa de maiores dimensões que, certamente por fratura, parte foi recuperada por forma a obter-se uma nova placa. Da original restam-nos algumas bandas em ziguezague, algo apagadas, que na nova placa se enquadram em nítido desequilíbrio de conjunto. No topo, os reutilizadores abriram um único furo, com perfuração bifacial e limitaram-se a regularizar os contornos, tarefa que também contribuiu para o desaparecimento de parte das gravações. A TR 52 será um dos melhores exemplos do reaproveitamento de uma placa acidentalmente fraturada. Desta placa ficou-nos a sua maior parte. Na porção inferior, junto à linha de fratura, nas proximidades dos contornos laterais abrem-se dois pequenos furos bifaciais, destinados, estamos certos, à tentativa de união das duas partes em que se fraturou a peça. Infelizmente, apenas chegou até nós um dos fragmentos.

Na anta I dos Coureleiros, por nós escavada em 1991, recolheu-se uma placa de xisto que, pelo estranho denteado ainda existente em parte do seu contorno, parece ter sido talhada sobre um fragmento de báculo, provavelmente semelhante ao recolhido na Anta Grande da Herdade das Antas no concelho de Montemor-o-Novo.

Na anta I dos Coureleiros recolheram-se, para além da referida placa, mais três inteiras e um fragmento de outra. De entre estas placas, duas apresentam num dos bordos uma curvatura algo exagerada, comparativamente com o outro, fazendo adivinhar que também estas poderiam ter sido obtidas do mesmo ou de outro báculo, como o foi, certamente, a CI 4.

Figura 10 - Objectos de adorno da anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide

Estas reutilizações, colagens e regravações de placas mostram claramente como a tumulação não era encarada como o culminar do percurso do indivíduo. A fratura de placas e a sua colagem, bem atestada em TR 52, a regravação de alguns exemplares dos concelhos do Crato, Alter e Elvas e a provável transformação de báculos em novas placas como as recolhidas em Coureleiros I, poderão ser exemplos do espaço vivo que eram os sepulcros. A manipulação dos restos ósseos, em momentos diferentes, está bem documentada na Anta da Horta, em Alter do Chão. Um crânio e um calcâneo foram removidos da câmara do monumento, transportados e organizados à entrada do corredor, num provável átrio. O calcâneo suportava o crânio e em torno deles uma larga panóplia de placas de arenito, com e sem decoração, recipientes cerâmicos, machados e enxós, pontas de seta e um fragmento de cabeça de alfinete, canelada, em osso. Trata-se, claramente, de um ato de prestação de homenagem a um antigo tumulado efetuado em período muito posterior à sua morte.

A frequente ausência de fragmentos de materiais votivos nos espaços funerários, em níveis selados, de deposições secundárias indica que a preparação externa dos corpos já era acompanhada pelos materiais. Se assim se explica a ausência de muitos fragmentos, não poderemos, contudo, deixar de pensar em como durante as várias deambulações que as bolsas funerárias certamente fizeram, algumas partes de materiais já afetados facilmente se perderiam. Durante as múltiplas visitações que em vida útil dos monumentos lhes fizeram, é provável que, também, alguns materiais, ou fragmentos deles, pudessem ter sido retirados, pela carga simbólica que possuiriam.

Testemunhos destas constantes visitações estão também atestados nos materiais, alguns bastante tardios, que nas mamoas se recolheram. Depósitos de machados, fragmentos de pratos calcolíticos e de vasos da Idade do Bronze, até cerâmicas romanas e algumas medievais foram recolhidas no exterior das antas. Resultado de prováveis oferendas, estes materiais tardios testemunham a continuidade da carga simbólica dos espaços funerários. Recordemos também o depósito funerário da Idade do Bronze no interior da câmara da anta da Bola da Cera. Se o espaço funerário se projeta muito além da época em que foi construído e inicialmente utilizado, ele parece implantar-se, preferencialmente, em locais já humanizados. Pelas datações de carvões recolhidos no interior de uma lareira não estruturada na base da mamoa da anta da Figueira Branca, em Marvão, rodeados por vários fragmentos de cerâmica, pelo fundo de cabana identificado na base da mamoa do monumento da Huerta de las Monjas, em Valência de Alcântara, e pela datação dos carvões recolhidos na base da câmara da anta da Cabeçuda, em Marvão, somados às diversas notícias de solos com ocupação humana detetados sob outros monumentos, tudo parece indicar que, pelo menos, algumas sepulturas megalíticas foram construídas sobre *habitats* mais antigos. Esta continuidade de ocupação do mesmo espaço, primeiramente pelos vivos e posteriormente pelos mortos, ocorre demasiadas vezes para ser compreendida como ocasional. A simbologia dum local, provavelmente relacionada com a apropriação de um território pelos antepassados do grupo, continuada pela sobreposição de uma sepultura com toda a carga simbólica que naturalmente encerra, continuamente visitada, transformaria esse local num arquivo onde a memória de um grupo se perpetuaria. A presença dos abundantes elementos de moinhos nas estruturas tumulares poderá não ser estranha à presença de anteriores *habitats*. A intencional fratura destes fundamentais elementos de transformação e a sua inclusão na fábrica do monumento parecem ultrapassar o simples ato de adaptar uma pedra para calço de esteio. Um mais profundo significado envolve, certamente, a fratura dos elementos de moinho depostos nos espaços funerários, mas que por agora se torna difícil de entender.

A presença de cristais de quartzo hialino, mas sobretudo de turmalina na maior parte das antas parece não ser acidental. Tanto nos monumentos de xisto como nos de granito, mas essencialmente nestes, grandes cristais de quartzo, alguns fumados, ocorrem geralmente junto aos níveis inferiores. Os cristais de quartzo hialino fumado recolhidos em Coureleiros III mostram sinais de desgaste nas extremidades. Os sinais de utilização verificados

nestas duas peças não estão presentes nos cristais recolhidos nos outros monumentos. Parece, portanto, que a inclusão destas raridades geológicas, junto aos defuntos, poderá ser entendida não como mais um objeto de uso quotidiano, mas como elemento de adorno, ou como objeto ritual.

Figura 11 - Ídolos-placa da anta da Horta – Alter do Chão

A compreensão de outras manifestações menos comuns identificadas nos monumentos desta região também não é tarefa fácil. Vejamos alguns casos. Na anta dos Pombais, no nível de terra mais compacta, recolheram-se três pequenos calhaus rolados, de cor beije clara, em forma de ovo. Dois deles apresentavam sinais de terem sido polvilhados com ocre, ou cinábrio. O aspeto oviforme destes pequenos calhaus rolados poderá ter um significado semelhante aos dos lagomorfos que nesta região apenas um se conhece, recolhido numa anta da Tapada de Matos, em Castelo de Vide, mas que estão bem representados no Alentejo Central e Estremadura. A abertura longitudinal de ossos longos de adultos identificados na anta das Castelhanas, a presença de bolotas torradas, de um calhau rolado e de um machado recolhidos no fundo do provável buraco de poste, identificado no centro da câmara da anta da Cabeçuda, o bloco de granito em forma de pé humano identificado na área da mamoa de Coureleiros III, a estrutura circular registada na mamoa da anta da Figueira Branca (Marvão), a retangular detetada no interior da câmara da Bola da Cera (Marvão), ou a identificada na Charca Grande de la Regañada (Cedillo), a utilização frequente de ocre e outros aspetos acima relatados de difícil explicação funcional conferem um significado profundamente simbólico ao conjunto de materiais e estruturas que estes monumentos encerram e que a milhares de anos de distância lenta e dificilmente se pode ir descodificando.

6. Em resumo

Se muita informação fica por compreender na totalidade, alguns dados parecem já confirmados. É hoje comummente aceite que os monumentos megalíticos de características funerárias apenas tinham capacidade para receber uma pequena parte dos mortos da comunidade. A indiciada exclusividade de materiais exumados nos diferentes monumentos da necrópole dos Coureleiros, por nós estudada, e as diferentes volumetrias das suas antas parecem apontar para uma provável diferenciação social dos inumados. Embora nesta necrópole não tivéssemos obtido material ósseo, o recolhido noutros monumentos mostra-nos que a seleção dos que tinham direito a ser tumulados nestes monumentos não tinha em conta a idade e nem, muito provavelmente, o género.

Ainda que sem dados seguros, alguns restos ósseos identificados nas bolsas da anta da Bola da Cera poderão ter pertencido a indivíduos adultos do sexo feminino. Verificamos que vários ossos de diferentes indivíduos e de diferentes monumentos apresentavam sinais indiciadores de uma vivência sujeita a episódios de grande violência que nalguns casos provocaram a morte. Os traumatismos originados por objetos cortantes ou pesados evidenciam que, pelo menos alguns dos tumulados, estariam claramente expostos a situações de grande violência. Constatou-se que a maior percentagem de ossos traumatizados pertenciam a indivíduos adultos, mas não idosos. Estas observações indiciam-nos que alguns dos tumulados poderiam estar relacionados diretamente com as lides bélicas, mostrando-nos que as comunidades construtoras e utilizadoras das sepulturas megalíticas não viveriam num ambiente totalmente pacífico, como a ausência de povoados fortificados nos faria pensar.

Figura 12 - Vasos votivos da Anta da Horta – Alter do Chão

Se não sabemos a quem se dedicavam estes sepulcros pelo menos sabemos que eles eram multi-funcionais. Alguns sobrepostos a solos de *habitat* parecem garantir a continuidade de ocupação de um território, capacitados para receber tumulações primárias, também foram palco de preparação de cadáveres e de complexas cerimónias fúnebres, funcionaram como ossários, e, pelos materiais tardios, sabemos que foram continuamente visitados e transformados em prováveis espaços de reunião.

Construídos, na sua maioria, pela força de muitos, albergaram apenas os que com prestígio suficiente garantiram a perenidade de um espaço.

7. Bibliografia

BUENO, Primitiva (1986); Megalitos en Extremadura, in *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, España- Portugal, 1984.

Idem (1987); Megalitismo en Extremadura: Estado de la Cuestión, in *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Ministerio de Cultura, Madrid.

Idem (1988); Los Dolmenes de Valencia de Alcantara, Excavaciones Arqueologicas en España nº155, Ministerio de Cultura, Madrid.

Idem (1989); Camaras Simples en Extremadura, XIX Congreso Nacional de Arqueologia, 1987, Castellón de la Plana.

DIAS, Ana Carvalho e OLIVEIRA**,** Jorge Manuel, (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembléia Distrital de Portalegre, Portalegre.

HENRIQUES, F.J.R., CANINAS, J.C., CHAMBINO, Mário (1993); *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*, Volume 3, A.E.A.T., V.V.de Ródão.

ISIDORO, A. Farinha (1966); Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto.

Idem (1966); Contribuição para o Estudo da Arqueologia do Concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo), in *IV Colóquio Portuense de Arqueologia, 1965*, Porto.

Idem (1967); Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) II, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Nº20, Porto.

Idem (1969); Antas do Concelho de Portalegre, *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº21, Porto.

Idem (1970); Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) III, *Anais da Faculdade de Ciências*, nº 54, Porto.

Idem (1971); Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) IV, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº 22, Porto.

Idem (1973); Esboço Arqueológico do Concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos Elementos (IV), *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº 20, Porto

Idem (1973); Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) - V, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº17, Porto.

Idem (1975); Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) - VI, *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, nº29, Porto.

LEISNER, George e Vera (1956); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (1)*, Walther de Gruyter, Berlin.

Idem, (1959); *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen (2)*, Walther de Gruyter, Berlin.

Idem, (1965); *Die Megalithgraber Iberiscishen Halbinsel. Der Westen (3)*, Walter de Gruyter, Berlin.

MONTEIRO, J. Pinho, e GOMES, Mário Varela (1977); Os Menires da Charneca do Vale do Sobral - Nisa, *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.

OLIVEIRA, Jorge de; Dias, Ana C. (1981); *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1995); *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Província de Cáceres* - Edicion del Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres.

OLIVEIRA, Jorge de (1995); *A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide*, Ed. Câmara Municipal de C. de Vide. (ed. desenvolvida de artº. da Ibn Maruán)

OLIVEIRA, Jorge de (1997); *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, 1º Vol. - edição bi-lingue, patrocinada pelas Câmaras de Marvão, C. de Vide, Nisa, V. de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo e pela Delegação Regional do Ministério da Cultura, Ed. Colibri, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (2012); *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, 2º e 3ª Vols. - edição bi-lingue, ed. electrónica, Chaia / C.M.Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de (2006); *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter*, Ed. Colibri / Universidade de Évora, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1984); *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Margem Esquerda do Sever*, Universidade de Évora, Évora – (Trabalho de síntese destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado na Universidade de Évora) (trabalho policopiado).

OLIVEIRA, Jorge de; PARREIRA, João; PEREIRA, Sérgio (2007); *Nova Carta Arqueológica de Marvão*, Nº. especial da *Ibn Maruán*, Ed. C.M.de Marvão / Ed. Colibri. (no prelo)

OLIVEIRA, Jorge (1999); "Inventario, Investigacion y puesta en Valor de los Dólmenes: Termino Municipal de Cedillo", *in Extremadura Restaurada*, Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, Mérida.

OLIVEIRA, Jorge de (2004); "O Megalitismo do Distrito de Portalegre 100 anos depois do inventário de Francisco Tavares de Proença Júnior" *in Arqueologia: Colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior*, IPM, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1987); "O Menhir da Água da Cuba", *Actas das Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano***,** Portalegre - Castelo de Vide.

OLIVEIRA, Jorge (1990); "A Necrópole Megalítica de Montalvão - A Anta da Nave do Padre-Santo", *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993); "Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano", *Actas do 1º Encontro - Transformação e Mudança*, UNIARQ, Cascais-Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge (1993); "Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano", *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. I, Porto.

OLIVEIRA, Jorge (1993); "O Rio Sever e as Fronteiras no 3º Milénio a. C", *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, C. M. de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco.

OLIVEIRA, Jorge (1996); "Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever", *Actas do 2º Congreso de Aqueologia Peninsular*, Zamora.

OLIVEIRA, Jorge (1996); "As pequenas antas de Montalvão e Cedillo", *Actas do I Colóquio Internacional*

sobre Megalitismo de Monsaraz, C.M. de Reguengos de Monsaraz e UNIARQ, Lisboa.
OLIVEIRA, Jorge (1999); "Economia e Sociedade dos Construtores de Megálitos da Bacia do Sever", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.
OLIVEIRA, Jorge de (2001); "O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão – Cedillo", *Muitas antas pouca gente?*, *Trabalhos de Arqueologia* 16, IPA, Lisboa.2001
OLIVEIRA, Jorge de (2001); "Continuidade e Rupturas do Megalitismo do Distrito de Portalegre", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.
OLIVEIRA, Jorge de; Moitas, E; OLIVEIRA, Clara (2007); "Monumentos Megalíticos do Concelho de Arronches", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
OLIVEIRA, Jorge de (2007); "Coudelaria de Alter – 3 anos de trabalhos arqueológicos", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
OLIVEIRA, Jorge de; RIBEIRO, Margarida; PINTO, Mário (2007); "Património Arqueológico em Nisa - Revisão do PDM", *Actas das 3as. Jornadas de Arqueologia do Norte-Alentejano*. (no prelo)
OLIVEIRA, Jorge de (2007); The Tombs of the Neolithic Artist-Shepherds of the Tagus Valley, Actas da I Reunión de Estudios sobre la prehistoria reciente en el Tajo internacional, BAR (no prelo).
OLIVEIRA, Jorge de (1995); "A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.
OLIVEIRA, Jorge de (1998); "Antas e Menires do Concelho de Marvão", *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.
OLIVEIRA, Jorge de (1998); "A Anta de la Joaniña e a da Era de los Guardias no ambiente megalítico da foz do Sever", *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.
OLIVEIRA, Jorge de (2000); "A Anta II de S. Gens – Nisa, *Ibn Maruán*", n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.
OLIVEIRA, Jorge de (2000); "A Anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, n.º 9/10, Câmara Municipal de Marvão.
OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000); "Menires do Distrito de Portalegre, *Extremadura Arqueológica*", Número Especial de Homenagem a Elias Diegués, Cáceres.
RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975); *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.